

Tucano Holding II S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Tucano Holding II S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2024

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis individuais e consolidadas auditadas	
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas	11



**Shape the future
with confidence**

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos acionistas e Administradores da
Tucano Holding II S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tucano Holding II S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



**Shape the future
with confidence**

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita e custos com compra e venda de energia

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia reconheceu receitas operacionais consolidadas no montante de R\$ 117.636 mil, conforme divulgado na nota explicativa 11 e custos consolidados com compra de energia no montante de R\$ 14.958 mil, conforme divulgado na nota explicativa 12. As receitas são oriundas das operações de fornecimento e suprimento de energia elétrica, cujo reconhecimento ocorre quando a obrigação contratual de entregar energia é satisfeita e o valor da venda pode ser mensurado de forma confiável.

O processo de receita ainda inclui a mensuração da receita não faturada ao cliente, relacionada ao fornecimento de energia elétrica, calculada em base estimada, até 31 de dezembro de 2024, utilizando determinadas premissas oriundas dos contratos de compra e venda de energia.

A receita é um importante indicador de performance da Companhia e de sua administração, o que pode criar um incentivo de reconhecimento da receita antes do cumprimento da obrigação de desempenho, ou de postergação do reconhecimento do custo. Dessa forma, existe o risco de que uma receita ou custo sejam reconhecidos fora do seu período de competência, especialmente no período que antecede o fechamento do exercício.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista o risco inerente envolvendo o reconhecimento da receita e custo em período distinto daquele em que a obrigação de desempenho foi atendida, além do o volume significativo de transações e a magnitude dos valores envolvidos.



**Shape the future
with confidence**

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia no reconhecimento da receita; (ii) Confronto do sumário de energia emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE com o Balanço Energético da Companhia, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada no período e os valores contabilizados, incluindo o montante não faturado reconhecido na data base e realizado em data subsequente; e (iii) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as receitas e custos, incluídas nas notas 11 e 12, às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento das receitas e custos, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.



**Shape the future
with confidence**

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constitui o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Adilvo França Junior', written over a horizontal line.

Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

TUCANO HOLDING II S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora			Consolidado			
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	
		(Reapresentado)	(Reapresentado)		(Reapresentado)	(Reapresentado)	
ATIVO CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	3	26.528	41.421	71.672	97.608	160.569	181.149
Contas a receber de clientes		-	-	-	-	430	-
Contas a receber partes relacionadas	4	-	-	-	11.915	17.216	1.480
Cauções e depósitos vinculados		67	61	-	67	61	-
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		96	3.069	3.538	2.628	6.816	5.373
Outros tributos a recuperar		-	-	-	3	2	1.781
Outros ativos	5	1.239	1.893	3	2.226	23.604	58.935
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		27.930	46.444	75.213	114.447	208.698	248.718
ATIVO NÃO CIRCULANTE							
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	10.243	9.320	8.282
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.275	2.313	-	1.288	2.313	-
Outros ativos	5	-	-	-	112	115	112
Investimentos em controladas	6	520.221	546.844	480.718	-	-	-
Imobilizado, líquido	7	-	-	-	813.647	796.967	632.094
Intangível, líquido		-	-	-	31.628	32.908	45.407
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		521.496	549.157	480.718	856.918	841.623	685.895
TOTAL DO ATIVO		549.426	595.601	555.931	971.365	1.050.321	934.613
PASSIVO CIRCULANTE							
Fornecedores		-	39	131	19.239	2.830	6.103
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	24.642	67.231	-	43.654	86.033	6.661
Passivo de arrendamento		-	-	-	211	193	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	-	-	1.382	608	76
Outros tributos a pagar		9	31	39	564	138	287
Dividendos a pagar		-	716	764	-	716	769
Provisões para processos judiciais e outros		67	61	-	67	61	-
Outras obrigações	9	-	-	-	925	27.510	8.907
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		24.718	68.078	934	66.042	118.089	22.803
PASSIVO NÃO CIRCULANTE							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	357.714	308.285	336.565	709.575	682.906	673.346
Passivo de arrendamento		-	-	-	19.074	19.284	14.472
Tributos diferidos		3	2	-	4	964	1.814
Outras obrigações	9	-	-	-	9.679	9.842	3.746
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		357.717	308.287	336.565	738.332	712.996	693.378
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social subscrito e integralizado		703.781	703.781	703.781	703.781	703.781	703.781
Capital social a integralizar		(523.548)	(523.548)	(523.548)	(523.548)	(523.548)	(523.548)
Reserva de lucros		-	39.003	38.199	-	39.003	38.199
Prejuízos acumulados		(13.242)	-	-	(13.242)	-	-
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	166.991	219.236	218.432	166.991	219.236	218.432
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		549.426	595.601	555.931	971.365	1.050.321	934.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita operacional líquida	11	-	-	117.636	113.067
Custo de produção e operação de energia	12	-	-	(63.329)	(38.242)
LUCRO BRUTO		-	-	54.307	74.825
Gerais e administrativas		(168)	(183)	(274)	(630)
Outras despesas operacionais		(13)	(49)	(77)	(69)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(181)	(232)	(351)	(699)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(181)	(232)	53.956	74.126
Receitas financeiras		3.306	9.172	15.742	24.912
Despesas financeiras		(43.150)	(39.248)	(77.025)	(52.511)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	(39.844)	(30.076)	(61.283)	(27.599)
Resultado de equivalência patrimonial	6	22.888	68.017	-	-
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO		(17.137)	37.709	(7.327)	46.527
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(10.772)	(9.670)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(2)	(2)	960	850
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O RESULTADO	14	(2)	(2)	(9.812)	(8.820)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(17.139)	37.707	(17.139)	37.707

TUCANO HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO				
Outros resultados abrangentes	(17.139)	37.707	(17.139)	37.707
	-	-	-	-
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	(17.139)	37.707	(17.139)	37.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Capital social a integralizar	Reserva de lucros		Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
				Reserva Legal	Reserva de Investimentos		
Saldos em 31 de dezembro de 2022		703.781	(523.548)	2.012	36.187	-	218.432
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(36.187)	-	(36.187)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	37.707	37.707
Constituição de reserva legal		-	-	1.885	-	(1.885)	-
Constituição de reserva de investimentos		-	-	-	35.106	(35.106)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(716)	(716)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	10	703.781	(523.548)	3.897	35.106	-	219.236
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(35.106)	-	(35.106)
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	(17.139)	(17.139)
Absorção de prejuízo		-	-	(3.897)	-	3.897	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	10	703.781	(523.548)	-	-	(13.242)	166.991

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

TUCANO HOLDING II S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
		(Reapresentado)		(Reapresentado)
Atividades operacionais:				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(17.139)	37.707	(17.139)	37.707
Ajustes para conciliar o lucro líquido (prejuízo) do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	12	-	33.447	21.755
Variação monetária	8 e 13	18.477	18.477	17.382
Atualização monetária de processos judiciais e outros	13	6	6	6
Juros sobre passivo de arrendamento	13	-	1.783	500
Encargos financeiros de dívidas e amortização de custos de transação	8 e 13	24.666	53.141	49.656
Atualização da provisão para desmobilização	13	-	193	-
Tributos e contribuições sociais diferidos	14	2	(960)	(850)
Receita sobre cauções e depósitos vinculados	13	(6)	(1.043)	(1.102)
Resultado de equivalência patrimonial	6	(22.888)	-	-
		3.118	87.905	125.054
Variação de ativos e passivos operacionais		3.949	29.386	73.137
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(6.530)	(5.040)
Pagamento de empréstimos e financiamentos (juros)	8	(12.460)	(40.695)	(7.408)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	(1.485)	(382)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades operacionais		(5.393)	68.581	185.361
Atividades de investimentos:				
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		-	(48.790)	(199.624)
Aumento de capital em controladas		-	-	-
Dividendos recebidos		50.165	-	-
Aplicações (resgates) de cauções e depósitos vinculados		-	-	4
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimentos		50.165	(48.790)	(199.620)
Atividades de financiamentos:				
Ingresso de novos empréstimos e debêntures (juros)	8	-	-	36.988
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	8	13	(3.991)	(267)
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	8	(23.856)	(42.642)	(7.419)
Pagamentos de passivo de arrendamento (principal)		-	(411)	564
Dividendos pagos		(35.822)	(35.822)	(36.187)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento		-	114	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(59.665)	(82.752)	(6.321)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(14.893)	(62.961)	(20.580)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		41.421	160.569	181.149
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		26.528	97.608	160.569

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano Holding II S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), com sede na Avenida das Nações Unidas, n.º 12.495, 12º andar, Brooklin Paulista, Sala Gestão, São Paulo, SP, Brasil, é uma sociedade por ações de capital fechado.

A Companhia é controlada diretamente pela Tucano Holding I S.A. (“Tucano Holding I”), e indiretamente pela Auren Energia S.A.

Foi constituída em 09 de agosto de 2019 e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

A Companhia possui unidades produtoras de energia eólica, compostas de quatro parques, sendo Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4. Os parques eólicos controlados pela Companhia foram liberados para operação comercial e iniciaram o atendimento dos seus contratos de fornecimento de energia em fevereiro de 2023. O contrato de compra e venda de energia é em parceria com a Anglo American Brasil Ltda, para fornecimento de 70MW médio pelo período de 15 anos.

1.1 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Controladas	Atividades	Sede	Participação	
			31/12/2024	31/12/2023
Tucano F1 Geração de Energia SPE S.A.	Geração Eólica	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F2 Geração de Energia SPE S.A.	Geração Eólica	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F3 Geração de Energia SPE S.A.	Geração Eólica	Tucano, BA	100%	100%
Tucano F4 Geração de Energia SPE S.A.	Geração Eólica	Tucano, BA	100%	100%

As controladas possuem junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - (“ANEEL”) a seguinte autorização e registro de geração, conforme Ambiente de Contratação Livre (“ACL”) e portaria do Ministério de Minas e Energia (“MME”):

Parque Gerador	Contrato	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWm (i)
Tucano F1	ACL	REA 8825/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	7	43,4	19,0
Tucano F2	ACL	REA 8817/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	4	24,8	11,5
Tucano F2	ACL	REA 8828/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	2	12,4	5,5
Tucano F3	ACL	REA 8818/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	7	43,4	19,7
Tucano F4	ACL	REA 8819/2020	29/05/2020	28/05/2055	35 anos	7	43,4	19,9

(i) A garantia física divulgada foi homologada pela ANEEL.

1 INFORMAÇÕES GERAIS

1.2 Combinação de Negócios com a Auren Energia S.A

Em 15 de maio de 2024, a antiga controladora indireta AES Brasil Energia S.A. ("AES Brasil") comunicou ao mercado a celebração, após aprovação pelo seu Conselho de Administração, juntamente com a AES Holdings Brasil Ltda., a AES Holdings Brasil II Ltda., a Auren Energia S.A. ("Auren") e a ARN Holding Energia S.A., o Acordo de Combinação de Negócios e Outras Avenças ("Transação") por meio do qual, entre outras matérias, regularam a combinação de negócios entre a AES Brasil e a Auren, realizada por meio de reorganização societária que, ao final, resultou na conversão da AES Brasil em subsidiária integral da Auren e a unificação das bases acionárias das duas Companhias.

A Transação foi concluída em 31 de outubro de 2024, após o cumprimento de todas as condições precedentes.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 24 de março de 2025, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2024, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Apesar do risco de *constrained-off* mencionado na nota 15.2 (c.2), a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2024

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis e resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia, foram avaliadas e até o momento não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2024-- Continuação

Norma	Alteração
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	As alterações buscam definir o conceito de moeda conversível e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação.

2.7 Critérios de consolidação

As controladas diretas são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e serão consolidadas até a data que cessar tal controle.

As principais práticas de consolidação adotadas foram as seguintes:

Transações e saldos em transações entre a Controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da Controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas suas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a Controladora e Companhias controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As demonstrações contábeis consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.8 Revisão de política contábil

A Companhia, objetivando alinhamento com o Grupo Auren após a transação de combinação de negócios, procedeu a revisão da sua política contábil relativa à classificação de aplicações financeiras de curto prazo como equivalentes de caixa. A Companhia avaliou que o referido alinhamento resulta em informação mais relevante para os usuários das suas demonstrações contábeis, uma vez que a Companhia julga que a nova prática contábil é melhor que a anteriormente adotada, por ser mais aderente à prática adotada por outras companhias abertas.

As aplicações financeiras de curto prazo da Companhia vinham sendo classificadas de acordo com o prazo de vencimento, na data de sua aquisição. Dessa forma, apenas as aplicações com prazos de vencimento iguais ou menores que 90 dias eram classificadas como equivalentes de caixa, visto que esse é o indicado no IAS 7/CPC 03, e tal diretriz está alinhada com a política e estratégia de gerenciamento de caixa do acionista anterior. Aplicações financeiras com vencimento superior a 90 dias eram classificadas como investimentos de curto prazo. A Companhia analisou a movimentação dos seus investimentos de curto prazo e concluiu que as aplicações financeiras, representadas por CDBs e operações compromissadas, ainda que com prazo de contratação superior a 90 dias, podem ser resgatadas dentro de 90 dias, conforme seus compromissos de curtíssimo prazo, sem perda de valor em caso de resgate antecipado, ou seja, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, atingindo assim a definição de equivalente de caixa. Adicionalmente, o Grupo Auren gerencia o seu caixa considerando tais aplicações financeiras como parte da disponibilidade imediata, diferente do acionista anterior.

Dessa forma, a Companhia voluntariamente reclassificou as para equivalentes de caixa as aplicações financeiras cujo prazo de vencimento é superior a 90 dias, porém não possuem risco de perda de valor caso o resgate ocorra em data anterior ao vencimento, e que anteriormente estavam classificadas como investimentos de curto prazo.

Em 1º de janeiro de 2023 foi reclassificado o valor de R\$71.657 na Controladora e R\$180.966 no Consolidado, e em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$41.351 na Controladora e R\$160.299 no Consolidado, da rubrica de “investimento de curto prazo” para “caixa e equivalentes de caixa”.

Adicionalmente, houve uma redução nas atividades operacionais no montante de R\$30.306 na Controladora e R\$20.667 no Consolidado, conforme demonstrado a seguir:

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.8 Revisão de política contábil--Continuação

01/01/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	15	71.657	71.672	184	180.966	181.150
Investimentos de curto prazo	71.657	(71.657)	-	180.966	(180.966)	-
Contas a partes relacionadas	-	-	-	1.480	-	1.480
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.538	-	3.538	5.372	-	5.372
Outros tributos a recuperar	-	-	-	1.781	-	1.781
Outros ativos	3	-	3	58.935	-	58.935
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	75.213	-	75.213	248.718	-	248.718
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	8.283	-	8.283
Investimentos em controladas e joint ventures	480.718	-	480.718	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	112	-	112
Imobilizado, líquido	-	-	-	632.094	-	632.094
Intangível, líquido	-	-	-	45.407	-	45.407
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	480.718	-	480.718	685.896	-	685.896
TOTAL DO ATIVO	555.931	-	555.931	934.614	-	934.614

31/12/2023	Controladora			Consolidado		
	Original	Reclassificação	Reapresentado	Original	Reclassificação	Reapresentado
ATIVO CIRCULANTE						
Caixa e equivalentes de caixa	70	41.351	41.421	270	160.299	160.569
Investimentos de curto prazo	41.351	(41.351)	-	160.299	(160.299)	-
Contas a receber de clientes	-	-	-	430	-	430
Contas a partes relacionadas	-	-	-	17.216	-	17.216
Cauções e depósitos vinculados	61	-	61	61	-	61
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.069	-	3.069	6.816	-	6.816
Outros tributos a recuperar	-	-	-	2	-	2
Outros ativos	1.893	-	1.893	23.604	-	23.604
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	46.444	-	46.444	208.698	-	208.698
ATIVO NÃO CIRCULANTE						
Cauções e depósitos vinculados	-	-	-	9.320	-	9.320
Investimentos em controladas e joint ventures	546.844	-	546.844	-	-	-
Outros ativos	2.313	-	2.313	2.429	-	2.429
Imobilizado, líquido	-	-	-	796.967	-	796.967
Intangível, líquido	-	-	-	32.908	-	32.908
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	549.157	-	549.157	841.624	-	841.624
TOTAL DO ATIVO	595.601	-	595.601	1.050.322	-	1.050.322

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS-- Continuação

2.8 Revisão de política contábil--Continuação

31/12/2023	Controladora			Consolidado			
	Notas	Original	Reclassificação	Reapresentação	Original	Reclassificação	Reapresentação
Atividades operacionais:							
Lucro líquido do exercício		37.707	-	37.707	37.707	-	37.707
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:							
Depreciação e amortização		-	-	-	21.755	-	21.755
Atualização monetária		15.349	-	15.349	17.382	-	17.382
Juros sobre arrendamento		-	-	-	500	-	500
Encargos financeiros de dívidas		23.106	-	23.106	48.726	-	48.726
Amortização do custo de transação		763	-	763	930	-	930
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo		(9.337)	9.337	-	(23.957)	23.957	-
Receita sobre cações e depósitos vinculados		(158)	-	(158)	(1.102)	-	(1.102)
Resultado de equivalência patrimonial		(58.778)	-	(58.778)	-	-	-
		8.652	9.337	17.989	101.941	23.957	125.898
Variação de ativos e passivos operacionais							
		446	663	1.109	71.618	674	72.292
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		12.652	(12.652)	-	27.310	(27.310)	-
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.319)	-	(2.319)	(5.040)	-	(5.040)
Pagamento de juros (encargos de dívidas)		-	-	-	(7.408)	-	(7.408)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento		-	-	-	(382)	-	(382)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo		27.654	(27.654)	-	17.988	(17.988)	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		47.085	(30.306)	16.779	206.027	(20.667)	185.360
Atividades de investimentos:							
Aquisições de ativo imobilizado e intangível		-	-	-	(199.624)	-	(199.624)
Aumento de capital em controladas		(9.937)	-	(9.937)	-	-	-
Aplicações/Resgates de cações e depósitos vinculados		125	-	125	4	-	4
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		(9.812)	-	(9.812)	(199.620)	-	(199.620)
Atividades de financiamentos:							
Ingressos de novos empréstimos		-	-	-	36.988	-	36.988
Custo de empréstimos (custos de transação e prêmios)		(267)	-	(267)	(267)	-	(267)
Pagamento de empréstimos (principal)		-	-	-	(7.419)	-	(7.419)
Pagamentos de arrendamentos (principal)		-	-	-	564	-	564
Dividendos pagos		(36.951)	-	(36.951)	(36.187)	-	(36.187)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		(37.218)	-	(37.218)	(6.321)	-	(6.321)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa							
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		15	71.657	71.672	184	180.966	181.150
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		70	41.351	41.421	270	160.299	160.569

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa (numerário disponível) estão classificados como custo amortizado, reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, pelos juros calculados com base no método de taxa de juros efetiva. Os CDBs e Quotas de fundos de investimento são reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023	31/12/2024	31/12/2023	01/01/2023
	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa						
Numerário disponível	78	70	15	2.601	270	183
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	23.908	41.351	71.657	55.506	160.299	180.966
Quotas de fundos de investimento (a)	2.542	-	-	39.501	-	-
Total	26.528	41.421	71.672	97.608	160.569	181.149

(a) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim. As operações são compostas substancialmente por compromissadas.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA--Continuação

Os Certificados de Depósitos Bancários, Operações Compromissadas e Quotas de fundo de investimento em 31 de dezembro de 2024 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 98,99% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (102,10% em 31 de dezembro de 2023).

4 PARTES RELACIONADAS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Ativo				
Ativo circulante				
Outros ativos				
Dividendos a receber - Tucano F1	273	301	-	-
Dividendos a receber - Tucano F2	270	448	-	-
Dividendos a receber - Tucano F3	382	601	-	-
Dividendos a receber - Tucano F4	314	546	-	-
Subtotal	1.239	1.896	-	-
Contas a receber de clientes				
Venda de energia - Auren Operações S.A.	-	-	11.915	17.168
Condomínio - Tucano F5	-	-	-	30
Condomínio - Tucano F6	-	-	-	5
Condomínio - Tucano F7	-	-	-	7
Condomínio - Tucano F8	-	-	-	6
Subtotal	-	-	11.915	17.216
Total circulante	1.239	1.896	11.915	17.216
Total do ativo	1.239	1.896	11.915	17.216
Passivo				
Passivo circulante				
Fornecedores				
Auren Operações S.A.	-	-	-	466
Subtotal	-	-	-	466
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar				
Tucano Holding I S.A.	-	716	-	716
Subtotal	-	716	-	716
Outras obrigações - Centralização de estoque				
Tucano F5	-	-	448	28
Tucano F6	-	-	90	5
Tucano F7	-	-	99	6
Tucano F8	-	-	89	6
Subtotal	-	-	726	45
Total circulante	-	716	726	1.227
Total do passivo	-	716	726	1.227
Resultado (Receita líquida)				
Receita com venda de energia - Auren Operações S.A. (i)	-	-	112.568	53.233
Total do resultado	-	-	112.568	53.233

- (i) Refere-se a compra de energia celebrada entre o Complexo Tucano e a Auren Operações S.A. para fins de suprimento de contratos de varejo e composição de lastro. Essas vendas foram efetuadas a um preço médio de R\$207,51 e montante envolvido de 370.370 MWh.

5 OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Circulante				
Multas por atrasos (i)	-	-	-	23.444
Almoarifado	-	-	399	160
Dividendos a receber	1.239	1.893	-	-
Despesas pagas antecipadamente	-	-	1.087	-
Seguros a receber	-	-	740	-
Total	1.239	1.893	2.226	23.604
Não circulante				
Outros	-	-	112	115
Subtotal	-	-	112	115
Total	1.239	1.893	2.338	23.719

- (i) Referem-se a multas previstas no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo lucro cessante.

6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A Companhia detém investimentos em empresas controladas. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas não são consolidados.

	Controladora	
	2024	2023
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	488.930	514.548
Direitos de exploração de autorização (i)	31.291	32.296
Total	520.221	546.844

- (i) Refere-se a aquisição de Complexos eólicos e são amortizados com base no prazo dos contratos de leilão de energia e os saldos são transferidos para o intangível no consolidado.

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2023	Equivalência Patrimonial	Amortização dos direitos de exploração de autorização (i)	Dividendos	31/12/2024
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.	130.800	4.502	(256)	(86)	134.960
Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.	123.130	5.703	(226)	(14.177)	114.430
Tucano F3 Geração de Energias SPE S.A.	147.740	7.256	(261)	(17.723)	137.012
Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A.	145.174	6.432	(262)	(17.525)	133.819
Total	546.844	23.893	(1.005)	(49.511)	520.221

6 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS--Continuação

Movimentação dos investimentos	31/12/2022	Aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Capitalização de juros (ii)	Amortização dos direitos de exploração de autorização (i)	Dividendos	31/12/2023
Tucano F1 Geração de Energias SPE S.A.	124.038	12.365	6.085	(11.337)	(235)	(116)	130.800
Tucano F2 Geração de Energias SPE S.A.	105.845	10.599	15.112	(8.044)	(95)	(287)	123.130
Tucano F3 Geração de Energias SPE S.A.	126.235	12.365	18.888	(9.172)	(217)	(359)	147.740
Tucano F4 Geração de Energias SPE S.A.	123.828	12.365	18.693	(9.204)	(153)	(355)	145.174
Total	479.946	47.694	58.778	(37.757)	(700)	(1.117)	546.844

- (i) São direitos de exploração amortizados pelo prazo da autorização. Conforme política interna, a amortização do direito de exploração de autorização é realizada a partir da entrada em operação do empreendimento. O montante compõe o resultado de equivalência patrimonial apresentado na demonstração do resultado.
- (ii) Juros capitalizados: Com o objetivo de financiar principalmente a construção deste empreendimento, a Controladora captou recursos por meio de debêntures de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado nas controladas e parte dos financiamentos na Controladora, nas demonstrações contábeis individuais, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos para o imobilizado/intangível em curso”.

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Controladas	Quantidade de ações do capital social	Valor do Ativo	Valor do Passivo	Valor do Capital Social	Valor do Patrimônio Líquido	Lucro líquido do exercício
Tucano F1	108.258.797	238.778	110.633	108.259	128.145	4.502
Tucano F2	92.824.665	201.930	94.526	92.825	107.404	5.703
Tucano F3	108.258.797	238.751	109.969	108.259	128.782	7.256
Tucano F4	108.258.797	233.539	108.242	108.259	125.297	6.432
	417.601.056	912.998	423.370	417.602	489.628	23.893

7 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador (ANEEL) na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pelo Órgão Regulador (ANEEL), que na avaliação da administração, representa a vida útil econômica dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

7 IMOBILIZADO--Continuação

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a entidade deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo dos Complexos solares e eólicos. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

(a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				2023
	2024			Saldo líquido	
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada		
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,30%	42.526	(3.135)	39.391	87.182
Máquinas e equipamentos	4,05%	807.926	(50.428)	757.498	695.239
Móveis e utensílios e outros	6,23%	79	(21)	58	-
Veículos	13,03%	780	(191)	589	670
Imobilizado em serviço		851.311	(53.775)	797.536	783.091
Imobilizado em curso (i)		3.220	-	3.220	392
Bens vinculados às autorizações		854.531	(53.775)	800.756	783.483
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3,33%	14.848	(1.957)	12.891	13.484
Total Imobilizado		869.379	(55.732)	813.647	796.967

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) As controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. As controladas reconheceram ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados, com vida útil definida estimada de 30 anos e depreciados a uma taxa média de 3,33%.

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é como segue:

7 IMOBILIZADO--Continuação

(b) Movimentação do ativo imobilizado--Continuação

	Saldos em 31 de dezembro de 2023	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização e custos socioambientais	Transferências/Reclassificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2024
Edificações, obras civis e benfeitorias	89.625	-	-	-	(47.099)	42.526
Máquinas e equipamentos	714.765	-	-	136	93.025	807.926
Móveis e utensílios e outros	-	-	-	-	79	79
Veículos	738	-	-	-	42	780
Imobilizado em serviço	805.128	-	-	136	46.047	851.311
Imobilizado em curso	392	46.063	-	-	(43.235)	3.220
Bens vinculados às concessão e autorizações	805.520	46.063	-	136	2.812	854.531
Direito de uso de terreno arrendado	14.926	-	(78)	-	-	14.848
Subtotal	820.446	46.063	(78)	136	2.812	869.379
Depreciação / Amortização arrendamento	(23.479)	(32.419)	-	-	166	(55.732)
Total líquido	796.967	13.644	(78)	136	2.978	813.647

	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração	Provisão para desmobilização	Juros capitalizados	Transferências / Reclassificações (i)	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Edificações, obras civis e benfeitorias	19.411	-	-	-	-	70.214	89.625
Máquinas e equipamentos	21.200	-	-	8.727	-	684.838	714.765
Veículos	387	-	-	-	-	351	738
Imobilizado em serviço	40.998	-	-	8.727	-	755.403	805.128
Imobilizado em curso (ii)	581.815	184.219	-	-	15.405	(781.047)	392
Bens vinculados às concessão e autorizações	622.813	184.219	-	8.727	15.405	(25.644)	805.520
Direito de uso de terreno arrendado	9.281	-	4.555	-	-	1.090	14.926
Subtotal	632.094	184.219	4.555	8.727	15.405	(24.554)	820.446
Depreciação / Amortização arrendamento	-	(20.174)	(232)	-	-	(3.073)	(23.479)
Total Imobilizado	632.094	164.045	4.323	8.727	15.405	(27.627)	796.967

- (i) Os montantes expressivos de transferências e reclassificações são referentes às unitizações ocorridas após o término do período de construção, através da emissão de laudo final emitido por consultoria especializada contratada. Estas reclassificações são necessárias para uma correta apresentação dos custos de imobilizado. O montante final de R\$2.978 refere-se às transferências ocorridas do Intangível para o Imobilizado.

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não identificou indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

8 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

		Controladora								Total circulante + não circulante
		2024								
Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante			Total	
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2041 IPCA + 6,06%	14.886	10.725	(969)	24.642	369.120	(11.406)	357.714	382.356	
Total das debêntures		14.886	10.725	(969)	24.642	369.120	(11.406)	357.714	382.356	

		Consolidado								Total circulante + não circulante
		2024								
Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante			Total	
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação		
Debêntures - 1ª Emissão	2041 IPCA + 6,06%	14.886	10.725	(969)	24.642	369.120	-	(11.406)	357.714	382.356
Banco do Nordeste do Brasil - (BNB)	2045 IPCA + 2,26%	16.797	2.634	(419)	19.012	328.581	29.481	(6.201)	351.861	370.873
Total de empréstimos e debêntures		31.683	13.359	(1.388)	43.654	697.701	29.481	(17.607)	709.575	753.229

8 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES--Continuação

Controladora										
2023										
Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante	
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custo de transação	Total		
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,06%	20.818	47.421	(1.008)	67.231	320.661	(12.376)	308.285	375.516
Total das debêntures			20.818	47.421	(1.008)	67.231	320.661	(12.376)	308.285	375.516

Consolidado											
2023											
Vencimento	Taxa efetiva	Circulante				Não Circulante			Total circulante + não circulante		
		Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custo de transação		Total	
Debêntures - 1ª Emissão	2041	IPCA + 6,06%	20.818	47.421	(1.008)	67.231	320.661	-	(12.376)	308.285	375.516
Banco do Nordeste do Brasil - (BNB ¹)	2045	IPCA + 2,26%	17.239	1.733	(170)	18.802	345.379	31.941	(2.699)	374.621	393.423
Total de empréstimos e debêntures			38.057	49.154	(1.178)	86.033	666.040	31.941	(15.075)	682.906	768.939

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do exercício pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

As emissões realizadas pela Companhia não são conversíveis em ação e foram emitidas de acordo com a Instrução CVM nº 476/09, ou seja, referem-se a ofertas públicas distribuídas com esforços restritos.

A movimentação da dívida é como segue:

	Controladora	Consolidado
	Debêntures	Empréstimos e debêntures
Saldos em 31 de dezembro de 2022	336.565	680.007
Ingressos	-	36.988
Encargos financeiros	23.106	48.726
Variação monetária	15.349	17.382
Pagamento de principal	-	(7.419)
Pagamento de encargos financeiros	-	(7.408)
Diferimento dos custos de transação	(267)	(267)
Amortização dos custos de transação	763	930
Saldos em 31 de dezembro de 2023	375.516	768.939
Encargos financeiros	23.658	51.881
Variação monetária	18.477	18.477
Pagamento de principal	(23.856)	(42.642)
Pagamento de encargos financeiros	(12.460)	(40.695)
Diferimento dos custos de transação	13	(3.991)
Amortização dos custos de transação	1.008	1.260
Saldos em 31 de dezembro de 2024	382.356	753.229

8.1 Vencimentos das parcelas relativas ao principal das debêntures, empréstimos e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora			Consolidado				
	Empréstimos	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos	Encargos	Custos de transação	Total
2026	17.421	(968)	16.453	17.421	16.958	1.521	(1.388)	34.512
2027	19.139	(958)	18.181	19.139	17.664	1.585	(1.377)	37.011
2028	21.756	(936)	20.820	21.756	18.512	1.662	(1.355)	40.575
2029	24.537	(889)	23.648	24.537	19.328	1.734	(1.299)	44.300
2030	26.909	(825)	26.084	26.909	20.233	1.815	(1.224)	47.733
2031 em diante	259.358	(6.830)	252.528	259.358	235.886	21.164	(10.964)	505.444
Total	369.120	(11.406)	357.714	369.120	328.581	29.481	(17.607)	709.575

8 EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES--Continuação

8.2 Compromissos financeiros - “Covenants”

Objetivo	Covenant
Índice de cobertura do serviço da dívida (“ICSD”): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social - ICSD: $\geq 1,1x$, medição a partir de 2024.	ICSD: $\geq 1,1x$

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

8.3 Características da dívida

Companhia	Descrição	Valor ingresso	Data da emissão	Taxa contratual	Pagamento de juros	Sistema de amortização do principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Tucano Holding II	Debêntures - 1ª Emissão	300.000	Outubro de 2021	IPCA + 6,06%	Semestral (a partir de 2024)	Semestral (a partir de 2024)	382.356	Setembro/2041	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II
Controladas	BNB	332.915	Julho de 2021	IPCA + 2,26%	Mensal (a partir de agosto de 2023)	Mensal (a partir de agosto de 2023)	370.873	Julho/2045	Financiamento do Projeto Eólico Tucano II

9 OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Consolidado	
	2024	2023
Circulante		
Centralização de Estoque	726	45
Outros (i)	-	27.465
Demais obrigações	199	-
Subtotal	925	27.510
Não circulante		
Retenções contratuais	-	206
Meio ambiente	8.002	7.007
Desmobilização	1.677	1.488
Outros	-	1.141
Subtotal	9.679	9.842
Total	10.604	37.352

- (i) Referem-se às obrigações relativas ao fornecimento de turbinas e equipamentos, que foram reclassificadas da rubrica de Fornecedores para posterior compensação com o ativo decorrente de multas previstas em contrato, que estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* por atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico. Os montantes foram integralmente compensados e liquidados no terceiro trimestre de 2024.

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

10.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social subscrito e parcialmente integralizado é de R\$703.781 dividido em 703.781.048 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

10 PATRIMÔNIO LÍQUIDO--Continuação

10.1 Capital Social--Continuação

	2024	2023
	Ordinárias	Ordinárias
	Quantidade	Quantidade
Acionistas		
Tucano Holding I	703.781.048	703.781.048
Total das ações ordinárias	703.781.048	703.781.048

10.2 Reserva de lucros

Reserva legal

A Companhia constitui reserva de lucros por meio da destinação de 5% do lucro do exercício para reserva legal, sendo o total da reserva limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei. A reserva legal poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, mas não poderá ser usada para fins de distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2024, de acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia utilizou o montante de R\$3.897 da reserva legal para absorção de prejuízos.

Reserva de investimentos

Para atender à projeto de investimento, a Companhia poderá reter parte dos lucros do exercício, conforme disciplinado pelo art. 196 da Lei no 6.404/76. Essa retenção deverá ser justificada com o orçamento de capital, a ser proposta pela Administração e aprovada pela Assembleia Geral em 31 de dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia utilizou o montante de R\$11.382 da reserva de investimentos para o pagamento de dividendos adicionais propostos que totalizaram R\$35.106.

11 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

11 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA--Continuação

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), liquidada no mercado spot ("mercado de curto prazo") ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

	Consolidado	
	2024	2023
Contratos Bilaterais	2.648	-
Mercado de curto prazo	263	4.379
Partes relacionadas (nota 4)	112.568	53.233
Lucro cessante (nota 5)	6.525	59.335
Receita operacional bruta	122.004	116.947
(-) PIS e COFINS	(4.368)	(3.880)
(-) ICMS	-	-
Receita operacional líquida	117.636	113.067

12 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2024	2023
Custo da produção de energia elétrica		
Mercado de curto prazo	(3.725)	(2.576)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	(9.998)	(9.566)
Taxa de fiscalização ANEEL	(1.235)	(10)
Subtotal	(14.958)	(12.152)
Custo da operação		
Serviços de terceiros	(11.953)	(4.137)
Material	(210)	(160)
Depreciação e amortização	(33.445)	(21.755)
Seguros	(2.628)	(1)
Arrendamentos e aluguéis	(4)	(7)
Contribuições setoriais	(124)	-
Outras receitas (custos) operacionais	(7)	(30)
Subtotal	(48.371)	(26.090)
Total	(63.329)	(38.242)

13 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras	3.112	9.342	14.510	23.965
Atualização de créditos tributários	349	272	349	272
PIS e COFINS sobre receita financeira	(161)	(447)	(161)	(447)
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	6	5	1.043	1.102
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	-	-	1	20
Subtotal	3.306	9.172	15.742	24.912
Despesas financeiras				
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	(24.666)	(23.869)	(53.141)	(49.656)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	(18.477)	(15.349)	(18.477)	(17.382)
Atualização monetária de desmobilização	-	-	(193)	-
Atualização monetária de processos judiciais e outros	(6)	(6)	(6)	(6)
Juros sobre arrendamento	-	-	(1.783)	(500)
Juros capitalizados no imobilizado em curso	-	-	-	15.405
Tarifas e encargos bancários	-	-	(329)	-
Outras despesas financeiras	(1)	(24)	(3.096)	(372)
Subtotal	(43.150)	(39.248)	(77.025)	(52.511)
Total Líquido	(39.844)	(30.076)	(61.283)	(27.599)

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real, suas controladas apuram com base no lucro presumido.

Neste regime, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(17.137)	(17.137)	37.709	37.709
Aliquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	4.284	1.542	(9.427)	(3.394)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Adições (exclusões) permanentes:				
Diferenças temporárias sem Imposto Diferido Constituído	6	2	(185)	(66)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(10.098)	(3.635)	(5.140)	(1.850)
Atualização de indébito tributário	87	31	68	24
Doações e Brindes	(3)	(1)	(12)	(4)
Diferenças de base - Controladas lucro presumido	-	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	5.722	2.060	14.695	5.290
Outros	1	-	(1)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(1)	(1)	(2)	-
Composição dos tributos no resultado:				
Diferidos	(1)	(1)	(2)	-
Total	(1)	(1)	(2)	-
Aliquota efetiva	0,01%	0,01%	-0,01%	0,00%

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL--Continuação

	Consolidado			
	2024		2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(7.327)	(7.327)	46.527	46.527
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	1.832	659	(11.632)	(4.187)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
Adições (exclusões) permanentes:				
Diferenças temporárias sem Imposto Diferido Constituído	6	2	(185)	(66)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(10.098)	(3.635)	(5.140)	(1.850)
Atualização de indébito tributário	87	31	68	24
Doações e Brindes	(3)	(1)	(12)	(4)
Ajuste Lucro Presumido	1.303	4	10.721	3.443
Outros	1	-	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(6.872)	(2.940)	(6.180)	(2.640)
Composição dos tributos no resultado:				
Corrente	(7.496)	(3.276)	(6.732)	(2.938)
Diferidos	624	336	552	298
Total	(6.872)	(2.940)	(6.180)	(2.640)
Alíquota efetiva	93,8%	40,1%	-13,3%	-5,7%

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTOS DE RISCOS

15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Consolidado				Categoria	
	2024		2023			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Numerário disponível	3	2.601	2.601	270	270	Custo amortizado
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas	3	55.506	55.506	160.299	160.299	Valor justo por meio do resultado
Quotas de fundos de investimento	3	39.501	39.501	-	-	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados		10.310	10.310	9.381	9.381	Custo amortizado
Contas a receber de clientes		-	-	430	430	Custo amortizado
Total		107.918	107.918	170.380	170.380	
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores		19.239	19.239	2.830	2.830	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8	753.229	753.229	768.939	768.939	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		19.285	19.285	19.477	19.477	Custo amortizado
Dividendos a pagar		-	-	716	716	Custo amortizado
Total		791.753	791.753	791.962	791.962	

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. Os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição ao risco de crédito de contrapartes e emissores. A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de rating: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2024 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	26.528	41.421	97.608	160.569
Cauções e depósitos vinculados	67	61	10.310	9.381
Contas a receber de clientes	-	-	-	430
Total	26.595	41.482	107.918	170.380

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.2) Risco de gerenciamento de capital--Continuação

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: Debêntures, empréstimos, menos caixa e equivalentes de caixa.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Empréstimos, financiamentos e debêntures	382.356	375.516	753.229	768.939
Caixa e equivalentes de caixa	(26.528)	(41.421)	(97.608)	(160.569)
Garantia de financiamento	-	-	(10.243)	(9.320)
Dívida líquida	355.828	334.095	645.378	599.050
Patrimônio líquido	166.991	219.236	166.991	219.236
Índice de alavancagem financeira	213,08%	152,39%	386,47%	273,24%

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para as rubricas “Debêntures” e “Empréstimos e Financiamentos” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 8. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Controladora						
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
Fornecedores	-	-	-	-	-	-	39
Debêntures	19.142	19.209	89.433	176.141	904.930	1.208.855	852.231
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	716
Total	19.142	19.209	89.433	176.141	904.930	1.208.855	852.986

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.3) Risco de liquidez--Continuação

	Consolidado					Saldos em 31 de dezembro de 2024	Saldos em 31 de dezembro de 2023
	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos		
Fornecedores	19.239	-	-	-	-	19.239	2.830
Debêntures	19.142	19.209	89.433	176.141	904.930	1.208.855	852.231
Empréstimos e financiamentos	13.698	40.392	104.005	157.512	446.755	762.362	653.092
Passivo de arrendamento	55	166	242	1.213	18.384	20.060	20.161
Dividendos a pagar	-	-	-	-	-	-	716
Total	52.134	59.767	193.680	334.866	1.370.069	2.010.516	1.529.030

(b.4) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas foram atendidas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações. Todos os índices financeiros acima mencionados encontram-se integralmente cumpridos em 31 de dezembro de 2024. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da companhia.

(b.5) Risco de mercado

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2024 é:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa (CDBs ,Operação compromissada e Quotas de fundos de investimento)	26.450	41.351	95.007	160.299
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(394.731)	(388.900)	(772.224)	(785.192)
Total	(368.281)	(347.549)	(677.217)	(624.893)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 31 de dezembro de 2024, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros--Continuação

(b.5) Risco de mercado--Continuação

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros--Continuação

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras e dívidas.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,95%	10,43%	13,90%	17,38%	20,85%
Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas (i)	CDI	55.506	3.858	5.789	7.715	9.647	11.573
Quotas de fundos de investimento (i)	CDI	39.501	2.745	4.120	5.491	6.865	8.236
Impacto no resultado			6.603	9.909	13.206	16.512	19.809
Total da exposição líquida			6.603	9.909	13.206	16.512	19.809

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2024	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,50%	3,75%	5,00%	6,25%	7,50%
Debêntures - 1ª Emissão	IPCA	(394.731)	(34.387)	(39.620)	(44.853)	(50.086)	(55.320)
BNB	IPCA	(377.493)	(18.182)	(23.007)	(27.833)	(32.658)	(37.483)
Impacto no resultado			(52.569)	(62.627)	(72.686)	(82.744)	(92.803)
Total da exposição líquida			(52.569)	(62.627)	(72.686)	(82.744)	(92.803)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

Os montantes relacionados às Dívidas apresentados na tabela acima não contemplam os saldos de custos de transação.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

(c) **Outros riscos considerados relevantes**--Continuação

(c.1) **Risco socioambiental**--Continuação

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding II, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo Auren é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) **Risco em renováveis não-hídricas**

Constrained-off de usinas eólicas

O constrained-off é a redução da geração de energia de uma ou mais usinas, determinada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), por motivos alheios à gestão do empreendedor, tais como indisponibilidades nas linhas de transmissão, limites da capacidade de escoamento da rede ou excesso de geração frente a demanda de energia do sistema.

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), publicou em 23 de março de 2023 a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de constrained-off de usinas eólicas, condição necessária para a cobrança dos ressarcimentos referentes ao denominado período “provisório” do constrained-off eólico, relacionado aos eventos de restrição de geração ocorridos até setembro de 2021. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, com a divulgação do cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que perduraram de junho de 2023 a junho de 2024, e que contemplou apenas os eventos ocorridos entre os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021, referentes ao já citado período “provisório” do constrained-off.

Assim, os pagamentos dos referidos ressarcimentos foram suspensos no mês de julho de 2024 pela falta de regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período “definitivo” do constrained-off eólico, relacionados aos eventos de restrição de geração ocorridos a partir de outubro de 2021.

Em 24 de dezembro de 2024 a ANEEL publicou a Resolução Normativa 1.109 de 2024, resultado da Consulta Pública 22/2022, estabelecendo as regras de comercialização para apuração dos ressarcimentos referentes ao período citado no parágrafo acima. Assim, a expectativa é que a CCEE divulgue um cronograma de reapurações dos ressarcimentos referentes ao período de outubro de 2021 em diante.

No que se refere ao período definitivo, para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021, os ressarcimentos serão devidos, para os montantes contratados tanto no mercado regulado (ACR) quanto no mercado livre (ACL), após extrapolada uma franquia de horas anuais de energia restringida, que será definida anualmente pelo ONS com base em uma média móvel dos últimos cinco anos das indisponibilidades médias apuradas para as funções de transmissão de tensões 230 kV e 500 kV. Atualmente, a franquia para usinas eólicas é de 83 horas anuais.

Para as usinas de fonte solar, a ANEEL aprovou em setembro de 2024 a Resolução Normativa nº 1.073/2023, que estabelece os procedimentos e os critérios para apuração e pagamento de restrições da operação de usinas solares fotovoltaicas por constrained-off.

(c) Outros riscos considerados relevantes--Continuação

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas--Continuação

Constrained-off de usinas eólicas--Continuação

Assim como no caso das eólicas, a regulação da ANEEL limita o pagamento da compensação aos geradores às situações classificadas como “Razão de indisponibilidade externa”. O gerador assume o risco até um limite temporal regulatório em que o evento é considerado ordinário. Essa “franquia” é considerada metade da franquia calculada para as usinas eólicas, considerando que o período de geração da fonte solar se aproxima a metade das horas de um dia. Atualmente de 41 horas e 30 minutos por ano para a fonte solar.

Esta regra passou a valer de forma definitiva a partir de março de 2024 e espera-se uma demora no processamento e efeitos econômicos e financeiros devido a necessidade de aprovação das regras de comercialização que detalham o processo operacional realizado pela CCEE, pendente de abertura de nova Consulta Pública pela ANEEL.

Ao fim de 2023, a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica) e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR) ajuizaram ação judicial para discutir os efeitos da Resolução Normativa ANEEL (REN ANEEL) nº 1.030/2022, que limita a compensação integral por eventos de restrição de operação por constrained-off e prevê possibilidade de compensação apenas para os cortes de geração classificados pelo ONS como razão de indisponibilidade externa, ou seja, motivados por indisponibilidades em instalações de transmissão ou da distribuição.

Assim, os cortes classificados como de razão de atendimento a requisitos de confiabilidade elétrica, em situações de redução de geração devido ao atingimento de limite de linhas de transmissão, e os cortes classificados como de razão energética, em situações em que há impossibilidade de alocação de geração na carga não são passíveis de compensação, de acordo com a regulamentação vigente.

No curso do processo, em dezembro de 2024, acolhendo o pedido das Associações, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu a liminar a favor das associações e determinou que o regulamento deverá, necessariamente, prever mecanismos de compensação de encargo para cobertura dos custos de operação e, mais especificamente, por restrição de transmissão. Ainda, foi determinado que no próximo Relatório do Processamento da Contabilização da Liquidação Financeira do Mercado de Curto Prazo de Energia Elétrica, a ser divulgado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e nos subsequentes, promova a compensação integral aos geradores associados às agravantes.

No entanto, em janeiro de 2025, após diversos desdobramentos no processo, a ANEEL requereu ao Superior Tribunal de Justiça a suspensão da referida liminar. A suspensão preconiza que não seria o caso de deferimento liminar do pedido das Associações e que eventuais prejuízos devem ser apurados no curso da ação, podendo ser equalizados nos contratos celebrados com a União por meio de reequilíbrio econômico-financeiro.

Diante de tal contexto, o ressarcimento devido aos geradores eólicos e solares por constrained-off para eventos ocorridos a partir de outubro de 2021 seguem suspensos até que tais providências sejam definidas pelos órgãos responsáveis. Eventuais recontabilizações de períodos anteriores podem ocorrer a depender das movimentações da ação judicial em curso.